



República Democrática de S. Tomé e Príncipe



Unidade – Disciplina - Trabalho

XVI GOVERNO CONSTITUCIONAL

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS

Realizou-se nos dias 16 e 17 de Janeiro corrente, na Sala de Sessões do Palácio do Governo, a septuagésima sétima Sessão do Conselho de Ministros.

Na referida sessão, o Conselho de Ministros analisou a situação interna e internacional. No que que se refere à situação interna do país, o Conselho de Ministros reconheceu que apesar da tensão política vivida nos últimos dias, o país mantém-se absolutamente estável e as instituições funcionam regularmente. No entanto, para atenuar as crispações políticas e sobretudo salvaguardar a imagem do país, de certa forma, afectada pelas falsas notícias postas a circular, o Conselho de Ministros decidiu instruir o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, no sentido de convidar o Representante do Secretário Geral das Nações Unidas para a África Central à visitar São Tomé e Príncipe nos próximos dias e auscultar os diferentes actores políticos, bem como os poderes constituídos, de modo a constatar pessoalmente a vigência do Estado de Direito Democrático e a primazia da lei imperante no país.

O Conselho de Ministros analisou ainda com bastante satisfação os resultados da visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China, que permitiu passar em revista todas as acções de

cooperação e perspectivar novas áreas, com vantagens recíprocas para os dois Estados.

No que respeita à situação internacional, o Conselho de Ministros constatou com preocupação a permanência e agudização dos principais focos de tensão no mundo, bem como a sub-região africana, com sérios impactos na implementação das políticas de crescimento e melhoria das condições de vida das populações. Para além disso, o Conselho de Ministros constatou com satisfação as perspectivas de crescimento económico apresentadas pelas principais instituições internacionais, que lidam com as previsões económicas.

No que respeita aos assuntos correntes da governação, o Conselho de Ministros decidiu o seguinte:

1. Apreciar a proposta de promoção de um Grupo de Oficiais Superiores das Forças Armadas de São Tomé e Príncipe aos postos de Tenente Coronel, Capitão de Fragata e Coronel, tendo decidido encaminhar a referida proposta ao Conselho Superior de Defesa para aprovação.
2. Apreciar favoravelmente a proposta de Decreto que procede à promoção oito oficiais superiores das Forças e Serviços de Segurança, nomeadamente:
 - a) João Zuza Tavares – promovido ao posto de Superintendente da Unidade de Defesa e Segurança Presidencial;
 - b) Felisberto Bragança Dias – promovido ao posto de Superintendente do Serviço Nacional de Protecção Civil e



Bombeiros;

- c) Leonídeo Quintas da Graça - Promovido ao posto de Intendente da Polícia Nacional;
- d) Manuel Sacramento Conceição e Sousa – promovido ao posto de Intendente da Unidade de Defesa e Segurança Presidencial;
- e) Denylson Fernando das Neves Cunha – promovido ao posto de Sub-intendente da Polícia Nacional;
- f) Faustino de Azevedo Malheiro – promovido ao posto de Sub-intendente da Polícia Nacional;
- g) Teresa Maria da Cruz Santiago Gomes Viana – promovida ao posto de Sub-intendente da Polícia Nacional;
- h) Álvaro do Sacranento Nunes de Oliveira – promovido ao posto de Sub-intendente da Polícia Nacional;
- i) Hélder José da Costa dos Santos – promovido ao posto de Sub-intendente da Polícia Nacional;
- j) Ermelinda Ferreira da Cruz – graduada ao posto de Sub-intendente da Unidade de Defesa e Segurança Presidencial.



O Conselho de Ministros analisou ainda a situação dos manuais escolares e apresentou a estratégia por Sua Excelência Senhor Ministro da Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, para lidar com o seu fornecimento de modo sustentável e decidiu pela sua aprovação, o que garantirá que doravante todas as crianças que entrem para o sistema nacional de educação possam dispôr da primeira classe ao décimo segundo ano de manuais escolares ao longo do seu percurso académico. Para o cumprimento deste desiderato que vem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino em São Tomé e Príncipe, o Conselho de Ministros aprovou um orçamento de pouco mais de seis milhões de Euros, devendo esta iniciativa ter início no próximo ano lectivo.

Empenhado na prestação de um serviço de qualidade e em condições de perfeita segurança pela Empresa de Navegação e Segurança Aérea, o Conselho de Ministros analisou a proposta apresentada pelo Senhor Ministro das Infra-estruturas, Recursos Naturais e Ambiente, relativamente ao equipamento da referida empresa e decidiu autorizar a mesma a contrair um crédito com o propósito de adquirir equipamentos de ajuda à navegação aérea.

Por último, o Conselho de Ministros procedeu à criação da Comissão Ministerial Conjunta da Zona de Desenvolvimento Conjunta Nigéria-São Tomé e Príncipe, constituída pelas seguintes entidades:

- a) Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades;
- b) Ministro das Infra-estruturas, Recursos naturais e Ambiente;
- c) Ministro das Finanças, Comércio e Economia Azul;
- d) Ministro da Defesa e Administração Interna;
- e) Assessor para os Assuntos Económicos do Presidente da República;
- f) Director Executivo da Agência Nacional do Petróleo.

Secretariado do Conselho de Ministros, em São Tomé, aos 18 de Janeiro de 2018.



